



¹Bacharel em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (ICHF/GSO), mestre pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia na mesma Universidade (PPGS/UFF). Integrante do Laboratório de Sociologia Digital (LSD) e do Laboratório de Estudos de Gênero e Interseccionalidades (Labgen). Possui trabalhos no campo da violência política, mulheres na política, sociologia da comunicação e digital e cultura algorítmica.

O que há de novo no conservadorismo? O moralismo cristão nas políticas de gênero e diversidade sexual da América Latina.

Resenha sobre o livro *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. Flávia Biroli, Juan Marco Vaggione, Maria das Dores Campos Machado. São Paulo: Boitempo, 2020.

Juliana Lencina da Silva¹

A produção acadêmica sobre o conservadorismo político na América Latina não é recente. O autoritarismo que vigorou na região oportunizou a entrada de novos atores do campo religioso no interior de governos, trazendo também novos questionamentos na área de ciências sociais acerca dessa atuação. A onda autoritária regional estimulou a emergência de movimentos que defendiam os direitos humanos. A Igreja Católica e grupos e partidos de esquerda encabeçaram essa luta. No entanto, atores religiosos conservadores demonizavam seus adversários e se perfilavam na defesa de governos ditatoriais. A partir da Terceira Onda de Democratização, grupos cristãos conservadores ocuparam a arena política para defender seus valores morais, atacando, assim, políticas públicas igualitaristas e a concessão de direitos humanos para minorias sexuais, como o aborto. Esses novos atores e seu ativismo político e partidário estimularam novos questionamentos sobre a categoria "conservadorismo".

O livro *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia*, organizado por Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione, conta com reflexões relativas ao período dos anos de 2018 e 2019 na América Latina. Foi elaborado a partir de um projeto de pesquisa da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) com a participação de estudantes de ciência política da Universidade de Brasília. Trata-se de um estudo acerca das mudanças dos processos democráticos latino-americanos pela perspectiva neoliberal, inserido nos debates de gênero e direitos sexuais em conflito com a moral cristã do conservadorismo político e econômico. O estudo descreve as características do neoconservadorismo como reação de atores ao avanço da agenda de gênero e LGBTQIA+. Para isso, são

feitas análises sócio-históricas de eventos transnacionais enfocando os casos brasileiro, colombiano e argentino.

A obra possui cinco partes: uma introdução, três capítulos e uma conclusão. A introdução e a conclusão foram elaboradas em conjunto pelos autores. A primeira possui o título de *Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina*, nela, além da apresentação do livro, os conceitos que são utilizados ao longo das demais seções são situados. Os autores iniciam esse debate a partir da investigação do termo 'ideologia de gênero', estrategicamente associado à "cultura da morte", outro termo frequentemente conduzido pelo Vaticano em seus documentos oficiais de meados dos anos 1990, que tratam do avanço de ideais progressistas na ONU e no mundo. Assim, é dedicada uma parte à definição do termo neoconservadorismo, sendo os argumentos divididos em cinco dimensões: 1) o posicionamento de católicos e evangélicos nas discussões sobre o aborto e a homossexualidade, e uma análise social do crescimento paralelo entre liberdade e diversidade sexual, de gênero e do conservadorismo religioso, sobretudo da moralidade cristã na América Latina; 2) esta dimensão dá atenção ao uso de direitos e da 'juridificação', um processo de expansão e adensamento do direito na sociedade, como vantagem para o conservadorismo religioso, indicando, por exemplo, a implementação do PNDH-3 em 2009 no Brasil; 3) das medidas que grupos e partidos conservadores religiosos tomaram como estratégia a garantir sua existência no cenário político democrático no final dos anos 1980, apresentando o crescimento de ONGs e outras entidades de expressões em defesa da vida e da família.

Nas dimensões seguintes apresentam discussões sobre 4) elementos religiosos transnacionais que promovem a permanência da moral religiosa no debate democrático global feito, sobretudo, através de mobilizações internacionais que abordam a família. Nesse item, é possível examinar estratégias dos setores conservadores religiosos em promover o ódio ao 'marxismo cultural' e a produção de falácias contra a esquerda política em benefício às campanhas eleitorais nas Américas. No item 5), os autores tratam da integração entre neoliberalismo e neoconservadorismo tratados de modo regionalizado e a partir de

processos de democratização. Os autores destacam os movimentos de algumas não-feministas e outras feministas no contexto da redemocratização da região e contrastam com a adoção do neoliberalismo econômico por setores conservadores norte-americanos. Essa dimensão trata, em especial, dos desdobramentos em que a vulnerabilidade de grupos minoritários, particularmente a partir de elementos de família tradicional, são mobilizadas e estão em função do fortalecimento econômico – caso do empoderamento – em comparação aos que estão genuinamente em prol de melhores condições e do bem-estar desses grupos.

O primeiro capítulo do livro, de autoria de Juan Marco Vaggione, intitulado *A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina*, descreve o neoconservadorismo a partir de aspectos jurídicos, assim como o caracteriza como uma estratégia em “defesa de uma ordem moral específica” (p.42). O autor faz sua investigação a partir da ascensão de movimentos de direitos feministas e LGBTQIA+ na América Latina. Mas o que provoca a reação de setores conservadores? De acordo com Vaggione, essa reação é baseada em violação jurídica correlacionada com a moral cristã, que cria posicionamentos divergentes entre a religião e a lei secular. Para isso, o autor analisa as dimensões da arena e a da estratégia.

A dimensão da *arena* parte de alguns processos históricos atrelados às diretrizes católicas, no qual o casamento se apresenta como inflexível às novas emergências demandadas em debates progressistas sobre a ordem da diversidade sexual e reprodutiva. Com isso, o tema da descriminalização do aborto torna-se intransigente aos setores católicos, o que pode ser observado nos papados de João Paulo II, Bento XVI que alertam as consequências de uma “cultura da morte”, refletindo o posicionamento crítico do Vaticano em relação à diversidade sexual e familiar. O Papa Francisco modificou o uso do termo em seus pronunciamentos, substituindo-o por “cultura do descarte”, que é utilizado para tecer crítica às dinâmicas econômicas, afetivas e ecológicas no mundo.

Em relação às estratégias, Vaggione indica o arranjo de atores políticos a partir da organização dos parlamentares cristãos, advogados e juristas confessionais, nos quais os primeiros agem estrategicamente apoiados nas demandas de posicionamentos 'pró-vida', tal como os evangélicos, que atuam de forma direta na política partidária, e católicos de forma indireta, por meio da promoção de eventos e organizações de apoio aos cidadãos. Os juristas confessionais, formados em instituições religiosas de ensino na América Latina, são recrutados a atuar em defesa da moralidade cristã, proporcionando assim a movimentação jurídica da defesa de direitos conservadores.

O capítulo seguinte, intitulado *Neoconservadorismo Cristão no Brasil e na Colômbia* de Maria das Dores Campos Machado, analisa o aumento de fiéis evangélicos, especialmente pentecostais, que proporcionaram novos arranjos de gênero em dinâmicas organizacionais. Enquanto o número de católicos na Colômbia foi de 60,43% em 2015, o número de católicos no Brasil em 2010 recuou de 64,63% (IBGE) para 50% em 2016 (Datafolha). De acordo com Machado, a queda de fiéis católicos no Brasil está diretamente relacionada à crescente expansão de evangélicos, que segundo o IBGE era de 22,2% em 2010, já em 2016, o Instituto Datafolha projetou crescimento para 29%. Apesar de o Brasil e a Colômbia serem países com histórias políticas diferentes, a escolha da autora para a comparação se justifica, entre outros fatores, no posicionamento similar dos países frente ao modelo econômico neoliberal na década de 1990. Ao longo de suas observações, é indicada a aliança entre grupos pentecostais e católicos contra a agenda feminista e LGBTQIA+, e, assim como no capítulo de Vaggione, o discurso envolvendo a 'ideologia de gênero' aparece como uma das estratégias principais dos atores políticos. Através de acontecimentos recentes em ambos os países, são exemplificadas algumas medidas tomadas através da inserção de grupos conservadores na política partidária. No caso brasileiro, o auge da mobilização de mudanças nos Ministérios da Educação e da Saúde ocorrem no Plano de governo de Jair Bolsonaro.

O avanço do pentecostalismo proporcionou que grupos de mulheres tivessem a possibilidade de se tornarem líderes de comunidades confessionais, além da articulação em outras atividades que em grupos

católicos não são viáveis. Apesar dessas mudanças organizacionais, o surpreendente é que elas vivem em um paradoxo: ao mesmo tempo que incentivam a mobilização de mulheres em demais esferas da sociedade civil, como por exemplo, o empreendedorismo e a participação política, diretrizes tradicionais cristãs consolidam a necessidade de uma defesa dos papéis da família e atividades domésticas. Desse modo, o uso dos aparatos democráticos perde o caráter de representação das diferenças justamente pelo fortalecimento da defesa de interesses, em que a política partidária se faz cada vez mais presente, “[...] afinal, são mulheres desqualificando e questionando as teses emancipatórias de outras mulheres” (p.131).

No terceiro capítulo, *Gênero ‘Valores Familiares’ e Democracia*, Flávia Biroli aborda a ‘defesa da família’ como estratégia de mobilização e proteção de interesses de grupos conservadores na política institucional e partidária. A autora transcorre o debate do estabelecimento da extrema direita ao redor do mundo chegando a uma observação das dinâmicas atuais democráticas e de gênero, o que leva a uma análise de processos de ‘desdemocratização’ através da reação conservadora às agendas feministas e LGBTQIA+.

O capítulo de Biroli foi dividido em seções. Na primeira, descreve a) algumas sistematizações literárias de intelectuais e jornalistas acerca do alerta da ‘desdemocratização’ de Estados correlacionando ao neoliberalismo – analisado por premissas institucionais, econômicas e morais –, sendo o Sul global detentor de maior vulnerabilidade em comparação ao Norte devido ao fortalecimento das desigualdades e conflitos. E como as relações de gênero estão em uma relação de dependência de compreensão dos Estados democráticos, passando por uma observação sócio-histórica do tema; b) a agitação popular contra à ‘ideologia de gênero’ apresentada de maneira empírica através da observação de protestos e movimentos de defesa dos valores conservadores, e embates por atores políticos contra o progresso de direitos, liberdade sexual e reprodutiva em território nacional e transnacional; c) uma indicação científico-acadêmica dos casos apresentados na seção anterior, com a utilização da discussão sociológica e jurídica da categoria família, e como é reativa às críticas feministas, o

que leva a autora aos desdobramentos sobre o aborto, casamento, maternidade e educação; d) a autora conclui aqui com um balanço de perdas para as dinâmicas democráticas devido à articulação de estratégias políticas conservadoras fundamentada em disputas dos valores familiares, dando ênfase aos prejuízos de grupos minoritários e outras formas de organização de direitos humanos.

Os autores seguem pela entrada dos estudos de crise democrática na América Latina a partir de análises empíricas do moralismo cristão em contraposição à agenda feminista e LGBTQIA+, através da organização de atores de ambos os lados na arena política. São apresentadas narrativas fundamentadas em crenças católicas e evangélicas como, por exemplo, o 'Direito à vida' e configurações de família como estratégias reativas da política conservadora. De modo a ser possível relacionar o favorecimento da 'juridificação' por parte de grupos religiosos para o impedimento moral do progresso de direitos em contextos de gênero e sexualidade. Salienta-se também a importância de se observar o neoconservadorismo a partir dos desdobramentos religiosos e suas hierarquias após sua crescente atuação política global. Flávia Biroli nessa obra, assim como seus outros trabalhos, dá continuidade às discussões sobre gênero entre privado e o público a partir das premissas da divisão sexual do trabalho (2014; 2018), algo que se torna evidente no momento no qual desembaraça cuidadosamente algumas motivações das práticas familiares conservadoras. O que é novo em sua narrativa é a atenção que a autora dá para articulações religiosas aos processos democráticos através da reação conservadora.

Divergências entre a moral religiosa e a liberdade sexual e reprodutiva são disputas já observadas há tempos nos estudos políticos, e as ciências sociais no Brasil dedicam-se às análises realizadas entre ambas há algumas décadas (MACHADO, 2012). O novo do conservadorismo provém à frente de uma politização dos atores no concerne das desigualdades sexuais e de gênero em processos relacionados à redemocratização da América Latina. A obra torna possível observar que a reação conservadora se trata de uma crítica da crítica das teorias feministas nas discussões do conceito de gênero. Enquanto a teoria feminista discute a necessidade de se observar as relações a partir

do social, questionando os papéis de homens e mulheres, o conservadorismo resgata no moralismo cristão a ideologia baseada no natural (VAGGIONE, 2009) através, sobretudo, do argumento biológico de complementaridade entre homens e mulheres circulando por esses grupos como 'ideologia de gênero'. Ou seja, o neoconservadorismo reage de forma retroativa às críticas já apresentadas pela teoria feminista, buscando em argumentos científicos naturais seus fundamentos e mobilizando-os através de atores políticos que dão voz às medidas contra a agenda feminista e LGBTQIA+.

O livro traz contribuições para diversas áreas, especialmente para o direito, sociologia e ciência política, e seu o aspecto central está na discussão do conceito de neoconservadorismo. A narrativa é bem construída, passa pelas justificativas, indicação dos problemas a serem investigados e diversas análises empíricas, contudo a discussão teórica não é explorada de forma densa. É definitivamente um livro com linguagem para um público mais amplo, mesmo assim, cabe para consulta de pesquisadores e estudiosos das temáticas abordadas devido à riqueza de referências e notas teórico metodológicas encontradas ao longo dos textos.

Flávia Biroli é professora associada do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e possui trabalhos dedicados à teoria política feminista; Maria das Dores Campos Machado é socióloga e professora titular na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e é autora de diversas obras que abarcam o campo religioso político e também gênero e sexualidade; Juan Marco Vaggione possui sua formação em Direito e leciona sociologia na Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Córdoba, dedica-se às pesquisas de práticas jurídicas, religião, sexualidade e conservadorismo na América Latina.

Referências Bibliográficas

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e Política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: Limites da Democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. Rio de Janeiro: Relig. soc., 2012.

VAGGIONE, Juan Marco. Sexualidad, Religión y Política en América Latina. Rio de Janeiro: Diálogos Regionales, 2009.